

João Paulo Oliveira e Costa (coordenador)  
José Damião Rodrigues  
Pedro Aires Oliveira

HISTÓRIA DA EXPANSÃO  
E  
DO IMPÉRIO PORTUGUÊS

# ÍNDICE

INTRODUÇÃO . . . . .	11
PARTE I – OS PRIMÓRDIOS, por João Paulo Oliveira e Costa . . . . .	15
1. UM PAÍS PERIFÉRICO, CRISTÃO, MARÍTIMO. . . . .	19
2. CEUTA, A CHAVE DO MEDITERRÂNEO (1415-1443) . . . . .	32
3. A POSSE DO MAR OCEANO (1422-1460) . . . . .	46
4. A AFIRMAÇÃO DE UMA POTÊNCIA MARÍTIMA (1455-1494) . . . . .	62
5. A PERCEPÇÃO DO IMPÉRIO (1481-1502) . . . . .	81
PARTE II – O IMPÉRIO MARÍTIMO, por João Paulo Oliveira e Costa . . . . .	99
6. O DESLUMBRAMENTO MANUELINO (1495-1521) . . . . .	105
7. O REALISMO JOANINO (1521-1557) . . . . .	129
8. AS CONTRADIÇÕES DE UM IMPÉRIO PLURICONTINENTAL PUJANTE (1549-1580) . . . . .	144

9. CRISE E RECONFIGURAÇÃO (1580-1640) . . . . .	168
10. A FIDELIDADE À COROA PORTUGUESA (1640-1668) . . . . .	187
PARTE III – O IMPÉRIO TERRITORIAL, por José Damião Rodrigues . . . . .	201
11. EM BUSCA DA CONSOLIDAÇÃO (c. 1650-c. 1700) . . . . .	205
12. SOB O SIGNO DO OURO (c. 1695-1750). . . . .	235
13. UM TEMPO DE RUPTURA? (1750-1778) . . . . .	264
14. CONTINUIDADES E PROJECTOS REFORMISTAS (1777-1807) . . . . .	296
15. A MONARQUIA LUSO-BRASILEIRA (1808-1822) . . . . .	321
PARTE IV – O CICLO AFRICANO, por Pedro Aires Oliveira. . . . .	341
16. UM IMPÉRIO VACILANTE (c. 1820-c. 1870) . . . . .	347
17. A FEBRE DA PARTILHA (c. 1870-1890). . . . .	377
18. UM IMPÉRIO À MEDIDA DAS POSSIBILIDADES (c. 1890-1910). . . . .	409
19. UM RENASCIMENTO COLONIAL FALHADO? A REPÚBLICA E O IMPÉRIO (1910-1926) . . . . .	447
20. UM IMPÉRIO PARA ENCHER O OLHO? (1926-1961) . . . . .	479
21. UMA DESCOLONIZAÇÃO FORA DE HORAS (1961-1975) . . . . .	510
CONCLUSÃO . . . . .	546

MAPAS . . . . .	551
NOTAS . . . . .	561
BIBLIOGRAFIA . . . . .	601
ÍNDICE ONOMÁSTICO . . . . .	657
ÍNDICE TEMÁTICO. . . . .	669
ÍNDICE TOPONÍMICO. . . . .	673

# INTRODUÇÃO

A Expansão Portuguesa é um processo histórico que se confunde com a própria História de Portugal. Se o primeiro alargamento da autoridade da Coroa portuguesa para fora do território peninsular só ocorreu em 1415, a verdade é que o reino luso nasceu no século XII no âmbito da Reconquista, ou seja, num período em que a cristandade hispânica conseguiu recuperar paulatinamente as terras que haviam sido dominadas pelos exércitos islâmicos no século VIII. Além disso, os reis de Portugal começaram a cobiçar as terras de Além-Mar muito antes de a armada de D. João I tomar a cidade de Ceuta. De facto, a presença dos Portugueses por diversas áreas do Mundo durante séculos constitui um traço identitário da nação que não deixa ninguém indiferente.

Este processo foi desencadeado por diferentes motivações que se complementavam e que inspiravam de modo diferente cada agente oficial ou privado que actuava fora do país. Causas políticas, sociais, económicas e religiosas sempre estiveram presentes em cada avanço dos navios, dos exploradores, dos militares, dos diplomatas, dos clérigos, dos comerciantes ou dos aventureiros que se derramaram pelo Mundo.

Em cada região, a presença portuguesa teve características próprias e podemos estabelecer cronologias diversas conforme estudamos o caso de Marrocos, das ilhas atlânticas, do Brasil, da África Ocidental ou da Ásia, e dentro desta ainda podemos esmiuçar ritmos diferentes consoante falamos da Índia, do Sueste Asiático, da China ou do Japão, por exemplo. Também se podem distinguir conjunturas diferentes se falarmos especificamente das navegações, do comércio, da guerra, das tecnologias, da colonização ou da missão. Na verdade, a Expansão Portuguesa é como que um caleidoscópio multiforme e de cores sempre em mudança conforme o ponto de

observação, que hoje tem inúmeras leituras possíveis, fruto do extraordinário desenvolvimento historiográfico ocorrido nas últimas décadas por todo o Mundo, e muito em particular em Portugal e no Brasil.

Este livro tem como objectivo apresentar uma síntese geral do que foi este processo histórico. O nosso objecto de estudo é o império – o conjunto planetário de possessões ultramarinas vinculadas à Coroa ou ao Estado português entre 1415 e 1999. Sendo uma obra de síntese, não procuramos analisar detalhadamente as características da presença portuguesa em cada recanto do Mundo, nem esmiuçar a acção dos indivíduos que mais se destacaram e ganharam fama. O nosso propósito é, pois, distinguir a evolução geral da Expansão Portuguesa, vendo o império como uma entidade una, ainda que dispersa por três oceanos e três continentes.

Dividida em quatro partes, esta obra distingue, a esse nível, as características mais gerais – as dinâmicas da longa duração, ou seja, os comportamentos que foram mais constantes durante décadas ou mesmo séculos a fio. Os capítulos, por sua vez, assinalam as conjunturas – o ritmo das mudanças mais significativas que foram alterando a configuração do império nas suas características gerais. E em cada capítulo estarão sempre presentes todas as áreas geográficas, todos os níveis de acção – comércio, conquista, acomodação, missionação e outros, bem como os povos ultramarinos, com as suas civilizações e as suas organizações políticas, sociais e económicas, a que os Portugueses tiveram de se adaptar; e também serão tidos em conta os outros europeus que rivalizaram com os Portugueses no domínio do Mundo. Procura-se, assim, explicar as principais dinâmicas da acção dos Portugueses dentro dos contextos que sempre a condicionaram.

Compreenda, por isso, o leitor que não encontrará neste livro descrições detalhadas nem de navegações, nem de batalhas, nem de negócios; tampouco obterá aqui grandes resenhas biográficas ou descrições das sociedades coloniais e dos seus quotidianos. Neste livro de centenas de páginas temos, afinal, de resumir uma história de séculos, multifacetada e dispersa pelo Mundo. Apresentamos, pois, como que um guião – uma história de enquadramento que poderá ajudar os interessados a perceber o conjunto quando quiserem aprofundar um assunto, uma região ou uma época da Expansão Portuguesa.

Como já referimos, a historiografia progrediu extraordinariamente nas últimas décadas, e sendo a Expansão Portuguesa um tema da História Universal, é estudada por investigadores de todo o Mundo. Por isso, não temos a veleidade de dominar toda a bibliografia disponível, até porque se o tentássemos estaríamos permanentemente desactualizados pelo aparecimento sistemático de novos estudos. Em contrapartida, nós, os autores destas linhas, temos mais de 20 anos de experiência de ensino e de investigação, e um

conhecimento exaustivo de muitos fundos documentais, que são a base deste trabalho. Foi com base nessa experiência que preparámos este livro.

A bibliografia apresentada no final não é exaustiva, pois nem um segundo volume possibilitaria a citação de todos os documentos que ilustram a História da Expansão Portuguesa e de todos os estudos de qualidade que abordam este fenómeno ao longo dos séculos. Citamos tão-só os textos principais, que usámos e seguimos mais de perto, incluindo dissertações de mestrado e de doutoramento ainda inéditas, que assinalam os progressos mais recentes da historiografia. Realce-se que a historiografia brasileira despertou recentemente para a dimensão multicontinental da sua própria história e que nos últimos anos, além do crescimento exponencial dos estudos sobre o território entre 1500 e 1822, começaram a surgir novos olhares integradores do Brasil no Império Português. Uma vez mais, insista-se, trata-se de uma bibliografia incontável. Assim, esta síntese, que procura distinguir os paradigmas mais gerais do Império Português e os ritmos da sua evolução como um todo, não tem em atenção os particularismos que estudos monográficos detectarão para cada região em cada cronologia.

Por este livro se tratar de uma síntese destinada ao grande público, também não é um exercício de polémica, pelo que não confrontamos, em regra, o leitor com as diferentes teorias interpretativas que existem, seja para a História geral do império, seja para os diferentes tópicos particulares. Em cada momento, fazemos as opções e apresentamos as nossas interpretações. Procuramos, como dissemos, orientar o leitor e proporcionar-lhe uma chave interpretativa para a compreensão de um fenómeno longo no tempo, geograficamente disperso e complexo, sem o confundir com os debates historiográficos que persistem. Apresentamos, pois, a nossa interpretação dos factos, baseada no conhecimento da documentação e na leitura da nossa bibliografia de referência.

Os autores gostariam de agradecer a todos aqueles que, com o seu apoio e amizade, leituras, discussões e sugestões críticas, os ajudaram a conduzir este barco a bom porto, com destaque para Alexandra Pelúcia, Bruno Cardoso Reis, Carla Alferes Pinto, Eugénia Rodrigues, Francisco Contente Domingues, Helena Ferreira Santos Lopes, Joaquim Romero Magalhães, José Cutileiro, Margarita Rodríguez García, Maria Margarida Lopes, Nuno Gonçalo Monteiro, Roberta Stumpf, Teresa Lacerda, Tiago C. P. dos Reis Miranda e Vitor Rodrigues.

PARTE I  
OS PRIMÓDIOS



A expansão ultramarina portuguesa iniciou-se com a conquista de Ceuta, a 21 de Agosto de 1415. Momento singular da História portuguesa, prenunciador de uma nova era, esta operação militar concretizou uma tendência que se manifestava havia muitos anos. País nascido da guerra santa, Portugal conservara sempre pulsões que o empurravam contra os mouros da Península e de África, mesmo depois da conclusão da conquista do Algarve, em 1249, e da fixação da fronteira terrestre, em 1297. Além disso, a expedição de 1415 enquadrava-se em práticas ancestrais da Cristandade na sua luta contra o Islão pelo domínio do Mediterrâneo<sup>1</sup>. No entusiasmo da vitória, o rei e os seus súbditos admitiam a realização de novas campanhas contra o mouro, mas ninguém adivinhava, por certo, que a este movimento natural de expansão em direcção ao estreito de Gibraltar e a África se viria a acrescentar um outro processo expansionista, bem diferente, de cariz revolucionário, que romperia os limites milenares dos povos europeus e mediterrânicos e que lançaria os Portugueses pelo Mundo, levando atrás de si os demais reinos do Ocidente. Nessa tarde eufórica de Agosto de 1415, por certo nem pela cabeça do infante D. Henrique passava a ideia de que, poucos anos mais tarde, navios sob as suas ordens iriam desafiar e vencer o mar oceano, iniciando a aventura dos Descobrimentos<sup>2</sup>.

A campanha de Ceuta foi, sem dúvida, o primeiro passo de um processo multissecular, complexo e multifacetado que marcou profundamente a História de Portugal e também o devir da Humanidade, mas que tardou a ganhar forma. De facto, foi preciso tempo para que da ideia de conquistar o reino de Fez, em Marrocos, e de dominar a navegação do estreito se passasse para a ambição de dominar o mar, ocupar as suas ilhas e criar novas rotas oceânicas. A entrega ao infante D. Henrique do governo de Ceuta, em

1416, e da Ordem de Cristo, em 1420, aproximou o príncipe visionário do mar, e a sua sede de acrescentamento de honra e de fazenda despertou-lhe o interesse pelo desconhecido. Depois, o seu espírito paciente e persuasivo acabou por convencer um punhado de homens a passar o cabo Bojador, em 1434<sup>3</sup>.

Todavia, só em 1443, 28 anos depois da jornada de Ceuta, é que a Coroa assumiu uma doutrina de hegemonia marítima, durante a regência de D. Pedro, transformando, assim, as iniciativas privadas de D. Henrique numa causa nacional; depois D. Afonso V levou a cabo uma política de avanços sistemáticos em todas as direcções, que permitiu finalmente que D. João II concebesse um plano para o império; este acabou por ser concretizado por D. Manuel I que, no início do seu reinado, assistiu ao rasgar dos horizontes e ganhou acesso a desvairadas partes, umas há muito desejadas, outras até então desconhecidas<sup>4</sup>. Os Descobrimentos inventaram, com efeito, uma nova geografia, de carácter planetário, bem diferente da que era conhecida ao tempo da conquista de Ceuta, que era reduzida e compartimentada<sup>5</sup>. Sintomaticamente, escrevia-se em Lisboa, no ano de 1502, que se vivia numa «era maravilhosa»<sup>6</sup>. O mundo mudara irreversivelmente por causa das navegações dos portugueses.

\*

A primeira parte deste livro pretende, assim, analisar, por um lado, os antecedentes da expansão e, por outro, os seus primeiros decénios, até que as hesitações e a aprendizagem deram lugar a uma política imperial à escala de quatro continentes e três oceanos. No primeiro caso (que corresponde ao capítulo 1) buscamos principalmente dinâmicas estruturais – os comportamentos colectivos que se repetiram ao longo de séculos e que moldaram gradualmente Portugal como uma potência marítima da Cristandade. Nos capítulos seguintes atendemos mais à acção individualizada dos homens e aos acontecimentos que foram gerando sucessivas novidades, rompendo com hábitos e conhecimentos milenares.

## UM PAÍS PERIFÉRICO, CRISTÃO, MARÍTIMO<sup>1</sup>

Quando Portugal se tornou num reino independente, o seu território correspondia a um finisterra – o extremo sudoeste da Eurásia. O mar que bordejava a sua costa era misterioso e para lá do horizonte era o fim do mundo. O oceano era navegado timidamente junto à costa, mas de resto era uma barreira. Na verdade, ao contrário do Índico e mesmo do Pacífico, o Atlântico era um oceano virgem que não servia de meio de ligação entre os continentes que lhe davam forma. Apesar disto, o mar foi desde sempre um elemento constitutivo da identidade portuguesa, enquanto país periférico da Cristandade.

E neste confim euro-asiático, Portugal fazia fronteira também com a civilização inimiga da Cristandade, o Islão. D. Afonso Henriques obtivera a independência do seu reino escapando à tutela leonesa, mas fora no sucesso da guerra santa que afirmara a viabilidade do novo reino. Até reza a lenda que o conde de Portucale foi aclamado *rex* pela primeira vez no rescaldo da célebre vitória em Ourique contra um exército muçulmano<sup>2</sup>.

O mar e o confronto com os islamitas foram, pois, dois elementos estruturantes da identidade portuguesa que viriam a ser igualmente dois dos elementos básicos do processo expansionista iniciado no século xv. Vejamos, pois, ao longo deste primeiro capítulo, o processo secular que criou as condições estruturais propícias ao desencadear da expansão ultramarina portuguesa.

### Um reino à beira do mar tenebroso<sup>3</sup>

Como dissemos atrás, o Atlântico foi a última barreira natural à circulação do Homem pelo Mundo.

Apesar da sua grandeza, o Pacífico era percorrido pelo Homem desde tempos imemoriais, e a maior parte das suas ilhas eram habitadas. É certo que as grandes civilizações da Ásia Oriental, especialmente a China e o Japão, nunca se interessaram pela exploração do oceano, mas isso não resultava de um impedimento, mas tão-só do facto de que os Nipónicos sempre privilegiaram uma política de isolamento e de que os Chineses se interessaram preferencialmente pelos contactos com o Ocidente de onde vinham as ameaças militares e onde existiam mercados possuidores de produtos muito desejados pelos consumidores chineses. Na verdade, o desinteresse pelo mar dos povos americanos, mesmo dos construtores de grandes civilizações urbanas, contribuiu para que o Pacífico fosse pouco navegado e não fosse entendido como um eixo de comunicação e de comércio até à chegada dos Europeus.

O oceano Índico, por sua vez, era atravessado por rotas oceânicas intercontinentais desde os alvares da nossa era. A emergência de grandes impérios no Mediterrâneo Oriental, na bacia do Nilo, na Mesopotâmia, no planalto iraniano e nos vales do Indo e do Ganges, a Ocidente, e na China, a Oriente, contribuíram para que a comunicação e o jogo das trocas se intensificassem e para que os mais aventureiros fossem experimentando os caminhos do mar. Assim, por volta do século I AD, numa época de apogeu simultâneo do Império Romano e da China dos Han, os navegadores começaram a atravessar o Índico usando os ventos da monção. E à semelhança do Mediterrâneo, o Índico era um espaço fervilhante de comércio, e as trocas nunca pararam, embora os senhores do comércio fossem mudando ao longo do tempo. No início do século XV, a China dos Ming tentou impor a sua autoridade sobre todo o oceano, mas depois voltou a fechar-se sobre si própria e o Índico tornou-se como que num lago muçulmano<sup>4</sup>.

O Atlântico constituía uma realidade diferente. As suas características geoclimáticas tornavam a navegação em mar alto muito mais difícil do que num espaço fechado, como o Mediterrâneo, ou mesmo do que numa área semifechada como o Índico. Além disso, a inexistência do fenómeno da monção (alternância da direcção dos ventos) tornava a navegação mais complexa. A utilização das ilhas setentrionais do oceano levou os Vikingues ao continente americano, mas os rigores do clima, as dificuldades da navegação e a falta de uma civilização rica para roubar ou com quem comerciar fizeram com que a notícia não circulasse e que a Cristandade não se apercebesse sequer da existência da América. Da mesma maneira que a China sempre vira no mar um meio de comunicação com o Ocidente, os povos do Extremo Ocidente só entendiam o mar como um meio de comunicarem entre si e com o Oriente.

No tempo em que Portugal se tornou independente, a navegação atlântica ainda era incipiente e mesmo a ligação entre o Atlântico Norte e o Mediterrâneo era pouco frequente, até porque o Sul da Península Ibérica

ainda estava nas mãos dos muçulmanos (desde Valência a Lisboa), o que dificultava a travessia do estreito de Gibraltar. E nessa época em que predominava a navegação de cabotagem, sempre à vista da costa, não se podiam estabelecer rotas de navegação a fazer escala em território hostil. Por isso, o comércio entre os cristãos do Sul e do Norte fazia-se predominantemente por via terrestre.

A cartografia do tempo testemunha-nos a convicção de que o oceano escondia ilhas, e até corriam lendas de que alguns desses espaços insulares teriam servido de refúgio a amantes ou a fugitivos da invasão islâmica, mas a braveza do mar e o lento crescimento demográfico não estimulavam a busca desses territórios. As representações da Terra feitas por cristãos e muçulmanos identificavam o mundo euro-asiático e norte-africano, e por vezes mostravam também o espaço transaariano tão desconhecido como o mar oceano e, por isso, tão efabulado quanto o outro. E criaturas fantásticas como os monstros marinhos preenchiam as terras da Guiné. A própria narrativa de viagens alimentava essa visão imaginária, de que é exemplo bem marcante o livro de Marco Pólo, que refere a existência de inúmeros seres fantásticos no interior da Ásia.

Seguindo uma tradição que remontava a Paulo Osório, Pompónio Mela ou Santo Agostinho, o modelo TO era a base da concepção da Terra, em que os territórios conhecidos eram rodeados por água. Supunha-se que as terras emersas eram mais extensas que a superfície das águas, mas nos séculos XII, XIII e XIV ninguém arriscava a possibilidade de buscar as terras das especiarias, dos tecidos suaves e dos perfumes exóticos navegando para ocidente.

Refira-se desde já que esta crença no fantástico continuou a alimentar o imaginário dos pioneiros das Descobertas. E se não temos conhecimento de que portugueses tenham andado em busca da fonte da juventude, veja-se que Duarte Pacheco Pereira, um dos mais célebres navegadores do final do século xv, considerado, aliás, um experimentalista apegado à força da observação para a produção de conhecimento, referiu no seu *Esmeraldo de Situ Orbis* a existência de homens com cara de cão e de cobras com um quarto de légua de comprimento<sup>5</sup>, e até D. Manuel I escreveu aos *Reis Católicos*, em 1501, dizendo que o ouro levado para Sofala era transportado «por homens que têm quatro olhos, dois diante e dois atrás»<sup>6</sup>.

Por isso, quando sentiu ter força suficiente para tentar alargar os seus territórios, a Cristandade, incapaz de explorar o mar oceano, virou-se antes para o Mediterrâneo e lançou a cruzada contra a Terra Santa. E mesmo depois da perda de Jerusalém e do colapso dos reinos cristãos do Oriente, os príncipes cristãos continuaram sempre a sonhar com o ataque directo ao mundo islâmico pelo Mediterrâneo. E assim também fez D. João I em 1415. E assim continuaram a sonhar muitos dos grandes reis tardo-medievais, como